único e 74, Inciso VIII, da Lei Complementar nº12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas no valor de R\$ 50.820,00 (cinquenta mil, oitocentos e vinte reais), sem imputar débito ao responsável, porém aplicar ao Sr. JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS CARVALHO – Prefeito, C.P.F. nº. 292.638.082-87, a multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), pela intempestividade na apresentação da prestação de contas, a ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116 § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, “b” e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.809

Processo nº. 2004/51206-6

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 005/2003, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE JURITI e a SECTAM.

Responsável: Sr. ISAIAS BATISTA FILHO - Prefeito à época.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do ExmO. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso II, alíneas “a” e “b”, c/c o art. 74, incisos I e II da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas, no valor de R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais) e aplicar ao Sr. ISAIAS BATISTA FILHO, Prefeito à época, CPF. nº. 071.890.012-04, multa de R\$1.000,00 (um mil reais), a ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, “b” e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.810

Processo nº. 2004/51768-2

Assunto: Prestação de contas referente ao convênio nº. 259/2003 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA DO PARÁ e a SEDUC.

Responsável: Sr. VALCNEY FERREIRA GOMES – Prefeito.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c art. 74, inciso VIII da Lei complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) e aplicar ao Sr. VALCINEY FERREIRA GOMES, Prefeito à época, CPF nº. 515.574.441-53 a multa de R\$264,00 (duzentos e sessenta e quatro reais) pela intempestividade na apresentação das contas, a ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, “b” e 46 c/c o art. 50 da lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.811

Processo nº. 2004/51974-6

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 277/2003, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO e a SEDUC.

Responsável: Sr. SEI OHAZE – Prefeito à época.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº. Sr. Conselheiro, com fundamento no art. 38, inciso III, alínea “a,b” c/c os arts. 41, § único e 74, Incisos II, VII e VIII da Lei Complementar nº12, de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I -Julgar irregulares as contas no valor de R\$ 36.960,00 (trinta e seis mil e novecentos e sessenta reais), sem imputar débito ao responsável, porém aplicar ao Sr. SEI OHAZE – Prefeito à época, C.P.F. nº. 827.773.738-68, as multas de R\$ 700,00 (setecentos reais), pela infração à norma legal e R\$ 300,00 (trezentos reais), pela intempestividade na apresentação da Prestação de Contas;

II - Aplicar a Sra. ROSA MARIA CHAVES DA CUNHA, secretária à época da SEDUC, C.P.F. nº. 049.538.602-25, a multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) pela não emissão do laudo de acompanhamento e fiscalização do convênio;

e
III - As quantias supracitadas devem ser recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente das multas, se não recolhidas no prazo legal, conforme estabelece o art. 116 § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, “b” e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.812

Processo nº. 2006/52441-9

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 140/2005 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA e a SEPOF.

Responsável: Sr. ANTÔNIO CARVELLI FILHO, Prefeito.

Relator: Conselheiro LAURO DE BELÉM SABBÁ.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas “a, b, c” c/c os arts. 41 e 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas, e condenar o Sr. ANTÔNIO CARVELLI FILHO, Prefeito, C.P.F. nº. 047.646.502-82, ao pagamento da importância de R\$-19.499,98 (dezenove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), atualizada a partir de 15/12/2005 e aplicar a multa de R\$-1.000,00 (um mil reais), pela intempestividade na apresentação das contas, a serem recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e da multa, se não recolhidos no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, “b” e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.813

Processo: 2003/51019-0

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio nº. 113/2001 e termos aditivos firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ULIANOPOLIS e a SEPLAN.

Responsável: Sra. SUELY XAVIER SOARES-Prefeita a época.

Relator: Conselheiro LAURO DE BELÉM SABBÁ.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas a,b,c c/c o arts. 41 e 74 inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas e condenar a Sra. SUELY XAVIER SOARES, Prefeita época, CPF nº. 022.802.707-14 ao pagamento da importância de R\$51.332,39 (cinquenta e um mil, trezentos e trinta e dois reais e nove centavos), devidamente atualizada a partir de 19.7.2002 e, aplicar a multa de R\$400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas, a serem recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e da multa, se não recolhidas no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, “b” e 46 c/c o art. 50 da lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.814

Processo: 2003/51172-7

Assunto:Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 202/2002, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTA e a SEPLAN.

Responsável: Sr. ORLEANDRO ALVES FEITOSA – Prefeito.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR.

Decisão: **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº. Sr. Conselheiro, com fundamento no art. 38, inciso III, alínea “a,b” c/c os arts. 41, § único e 74, Incisos II e VIII, da Lei Complementar nº12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sem imputação de débito, porém aplicar ao Sr. ORLEANDRO ALVES FEITOSA – Prefeito, C.P.F. nº. 254.390.142-68, as multas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pela infração à norma legal e R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pela instauração a Tomada de Contas a serem recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente das multas, se não recolhidas no prazo legal, conforme estabelece o art. 116 § 3º da Constituição Estadual

e arts. 45, inciso III, “b” e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.815

Processo: 2003/53855-2

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 023/2003 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE FARO e a SESPÁ.

Responsável: Sr. JOÃO ALFREDO RIBEIRO DE CARVALHO, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$-35.900,00 (trinta e cinco mil e novecentos reais), e aplicar ao JOÃO ALFREDO RIBEIRO DE CARVALHO, Prefeito à época, C.P.F. nº. 054.368.262-53, multa no valor de R\$-1.500,00 (um mil e quinhentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, “b” e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.816

Processo: 2004/51444-7

Assunto: Tomada de Contas referente ao convênio nº. 014/2000 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUI e a SEDUC.

Responsável: Sr. CLAUDIO FURMAN – Prefeito.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas “a”, “b”, “c”, c/c os arts. 41, 73 e 74 inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas e condenar o Sr. CLAUDIO FURMAN, CPF nº. 046.244.321-34, ao pagamento da importância de R\$76.009,00 (setenta e seis mil e nove reais), devidamente atualizada a partir de 07.06.2000 e, aplicar as multas de R\$7.600,00 (sete mil e seiscentos reais), pela instauração da tomada de contas e, R\$7.000,00 (sete mil reais), pelo dano causado ao erário a serem recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas, se não recolhidos no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, “b” e 46 c/c o art. 50 da lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.817

Processo: 2004/53529-8

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 070/02 e Termos Aditivos, firmado entre a JADERLÂNDIA FUTEBOL CLUBE e a SEEL.

Responsável: Sr. REGINALDO MOTA DE SOUZA – Presidente.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA.

Decisão: **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 74, inciso VIII da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e aplicar ao Sr. REGINALDO MOTA DE SOUZA – Presidente (C.P.F. nº. 448.334.152-91), multa no valor de R\$200,00 (duzentos reais), pela instauração da Tomada de Contas, a ser recolhida no prazo de (30) trinta dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116 § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, “b” e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.818

Processo: 2004/53788-3

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 013/2004 e termo aditivo firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇA e a SESPÁ.

Responsável: Sr. RAIMUNDO OLIVEIRA DE ALMEIDA, Prefeito à época.